

POPULAÇÃO E AGRICULTURA NA PASSAGEM DA COLÔNIA PARA O IMPÉRIO
Um estudo comparado de três localidades paulistas
(Campinas, Lorena e Mogi das Cruzes, 1774-1829)

Paulo Eduardo Teixeira*

Renato Leite Marcondes**

“A empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, e nisto se assemelha à açucareira. Entretanto, apresenta um grau de capitalização muito mais baixo do que esta última, por quanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra.” (FURTADO, 1968: 122).

RESUMO

A agricultura paulista apresentou uma significativa expansão durante o final do século XVIII e início do XIX. Analisamos três localidades representativas da expansão agrícola nesse momento: Campinas, Lorena e Mogi das Cruzes, respectivamente. Realizamos este estudo num plano mais geral da demografia e agricultura dessas áreas, baseado nas suas listas nominativas de habitantes. Por fim, verificamos um padrão de desenvolvimento campineiro em maior intensidade do que Lorena e Mogi das Cruzes, tanto em termos do crescimento e da posse dos cativos como em relação ao valor total da produção agrícola, decorrente de características específicas dos locais e do desenvolvimento dos produtos em questão.

PALAVRAS-CHAVE: demografia histórica, agricultura, café, açúcar, São Paulo.

ABSTRACT

The agriculture from São Paulo has presented a significant expansion during the end of the century XVIII and beginning of the XIX. We analyzed tree representative places of the agriculture expansion on that moment: Campinas, Lorena and Mogi das Cruzes, respectively. We accomplished this study in a more general plan of the demography and the agriculture of these tree areas, based on their nominative lists of inhabitants. Finally, we verified a pattern of development campineiro in larger intensity than the Lorena and Mogi das Cruzes, so much in growth terms and the ownership of the slaves as in relation to the total value of the agricultural production, resulting from the specific characteristics of the places and of the development of the products in subject.

KEY-WORDS: historical demography, agriculture, coffee, sugar, São Paulo.

* Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (FFC/UNESP), *campus* de Marília, e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma Faculdade.

** Professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP), *campus* Ribeirão Preto, e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade do Estadual Paulista (FCL/UNESP), *campus* Araraquara.

Uma característica muito saliente da agricultura paulista foi a sua capacidade de resposta às demandas que se consubstanciaram ao longo da nossa história. A existência dessa possibilidade deveu-se à disponibilidade de insumos propícios ao cultivo — terras, técnicas e instrumentos — e de mão-de-obra durante os séculos XVIII e XIX. Muitas vezes estes recursos já se encontravam ocupados em outras atividades agrícolas, mas se deslocaram para o atendimento das novas necessidades. Os agricultores paulistas encontraram no açúcar, no café, no milho, na pecuária, na aguardente e até no arroz opções rentáveis para alocar seus recursos humanos e materiais. Essa capacidade de resposta da agricultura mostrou-se compatível com a existência de comportamentos pouco infensos ao cálculo econômico, mais centrados no autoconsumo. Uma das melhores ilustrações dessa característica ocorreu com o *rush* algodoeiro (1861-1875), favorecido pela Guerra Civil Americana. O crescimento da demanda externa proporcionou a possibilidade de converter rapidamente largas áreas de cultivos para a produção de algodão. Apesar da utilização de práticas tradicionais de cultivo do solo, os agricultores responderam, de modo versátil, à demanda que se abriu naquele momento. Segundo Alice Piffer Canabrava, o caso do algodão em Guaratinguetá (no Vale do Paraíba) pode ser tomado como referência:

“As primeiras plantações feitas em Guaratinguetá, em 1865, realizaram algumas conquistas entre os moradores do município; no ano seguinte encontravam-se dispostos a empreender desde já grandes plantações daquele gênero, de que é de crer vamos ter já uma abundante colheita no ano próximo futuro. Tudo nos augura que se os preços se mantiverem, firmes ou pelo menos não baixarem consideravelmente dentro em poucos anos o algodão terá suplantado completamente neste município o café como outrora este suplantou a cana. São coisas deste mundo!” (CANABRAVA, 1984: 82).

Antes do surto algodoeiro, observamos o destacado papel de São Paulo no abastecimento das regiões mineratórias — de Minas Gerais, Goiás e Cuiabá — durante o século XVIII (Cf. ZEMELLA, 1990). Mais tarde, a cidade do Rio de Janeiro atraiu os interesses dos agricultores paulistas, especialmente dos relacionados às atividades criatórias. Maria Luiza Marcílio apontou para esse processo de transformação da capitania:

“O povoamento paulista (1765/1836) processava-se em ritmo rápido, paralelamente ao aumento da população. A gradual mas crescente monetização da capitania, realizada particularmente com o ciclo da mineração, desenvolvendo o comércio interno a longas distâncias, propiciou um esboço de integração intra-regional no território paulista” (MARCÍLIO, 2000: 149).

Neste artigo nos propomos a analisar três localidades — Campinas, Lorena e Mogi das Cruzes — que apresentaram, concomitantemente, um significativo crescimento econômico e demográfico durante a expansão canavieira e cafeeira em São Paulo ao final do século XVIII e

início do XIX, beneficiadas pelas condições do mercado externo dos seus produtos e pelos esforços metropolitanos. (1) De fato verificamos que, a exemplo destas vilas, a capacidade de resposta da agricultura paulista aos desafios postos pelas condições locais, dão uma idéia do papel da população livre em estar participando com sua mão-de-obra nas atividades de plantio e colheita de diversos produtos que faziam parte da cesta básica da época. Tais localidades detinham, nesse momento, áreas pouco ocupadas, facilitando o avanço das culturas da cana-de-açúcar e café, e contaram com o benefício da migração de recursos de outras vilas ou regiões. (2) Destarte, as dinâmicas demográficas e econômicas foram consideradas, em seu mútuo condicionamento, como fundamentais para o entendimento do desenvolvimento das três áreas. Visando a explicitar tal desenvolvimento, analisamos neste estudo – com base em listas nominativas de habitantes depositadas no Arquivo do Estado de São Paulo – esses movimentos demográficos e as transformações econômicas de Campinas, Lorena e Mogi das Cruzes.

I - DEMOGRAFIA

A origem de Lorena e Campinas tem em comum o fato de representarem locais de passagem. No primeiro caso, o trânsito terrestre de tropeiros com suas mercadorias para Minas Gerais e Rio de Janeiro e, no segundo, um pouso necessário para aqueles que se dirigiam para as Minas de Goiás e de Mato Grosso. Por sua vez, Mogi das Cruzes representa a vila mais antiga após a fundação de São Paulo, sendo elevada nesta condição em 1611. Sua localização aponta para a rota que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, via Vale do Paraíba.

O incremento demográfico das vilas de Lorena e Campinas pode ser compreendido, a partir de 1765, pelas iniciativas de Morgado de Mateus, procurando revitalizar a economia paulista com ações de estímulo à agricultura comercial e promovendo o restabelecimento das vilas já formadas e fomentando o surgimento de novas povoações e vilas.

Lorena, constituída em freguesia desde 1718 — sob os auspícios do movimento abastecedor das Gerais —, foi elevada à condição de vila em 1788, enquanto em 1774 surgiu a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas. De povoamento mais recente, a paróquia campineira assimilou os benefícios da expansão da economia açucareira, alcançando rapidamente à condição de vila em 1797 (Cf. PETRONE: 1968).

O povoamento mais antigo de Mogi das Cruzes e Lorena justifica o número expressivo de domicílios existentes nas décadas em estudo, correspondendo inclusive a uma população total bem superior ao caso campineiro. No entanto, ao observarmos a tabela 1, notamos que a partir de

1814/1818 se estabeleceu um equilíbrio maior entre as duas populações das vilas de Campinas e Lorena, dadas as elevadíssimas taxas de crescimento da população em Campinas, principalmente a de escravos.

TABELA 1
FOGOS E POPULAÇÃO SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL
(Campinas, Lorena e Mogi das Cruzes, 1774-1829)

ANO	FOGOS	LIVRES	CATIVOS	POPULAÇÃO TOTAL
CAMPINAS				
1774	57	388	87	475
1794	249	1.364	498	1.862
1814	717	3.700	1.957	5.657
1829	950	3.746	4.865	8.611
LORENA				
1778	369	1.862	584	2.459
1798	593	2.745	770	3.522
1818	1.108	4.963	1.736	6.700
1829	1.471	6.100	2.561	8.662
MOGI DAS CRUZES				
1777	687	3.887	957	4.844
1801	1.381	5.250	1.645	6.895
1818	1.646	7.564	1.800	9.364
1829	1.969	8.624	2.138	10.762

Quando passamos a estudar o comportamento da população livre de Campinas, o surto do açúcar provocou a transformação dessa localidade que era uma pequena freguesia de 388 pessoas em 1774, e que passou a contar em 1814 com 3.700 habitantes livres, atingindo uma taxa de crescimento da ordem de 6,4% para o período de 1774-1794, e de 5,1% para os anos de 1794-1814. Podemos entender o comportamento dessa população pela imigração de pessoas oriundas principalmente de localidades vizinhas, fato que pode ser atestado quando compulsamos a origem dos chefes de domicílio. Em Campinas, 83% dos chefes de família originaram-se da própria capitania, e não chegaram a 10% aqueles que tinham nascido na vila, segundo a Lista de Habitantes de 1814. Grande parcela desses imigrantes nasceu na região de Jundiaí e Itu, especialmente os produtores de açúcar, e na região de Atibaia/Nazaré/Bragança, principalmente os agricultores de subsistência. (3)

Em 1829 cresceu o número dos chefes que nasceram em Campinas para 23%, porém a grande maioria (67%) continuou a ser gente da província de São Paulo. No entanto, entre os anos de 1814 e 1829, o processo migratório revelou um arrefecimento, quase uma estagnação em relação ao momento anterior. Esses resultados apontam que nessa época a vila funcionou como centro de dispersão da população livre, que passou a ir mais para o Oeste e, assim, lugares como

Piracicaba, Rio Claro e Araraquara devem ter sofrido processo colonizador semelhante. (Cf. DEAN, 1977:27,32,33,36,40,183)

Em relação a Lorena, notamos uma intensificação de seu crescimento no período de expansão da produção de derivados da cana-de-açúcar e do plantio do café (1798 e 1818), chegando a uma taxa geométrica anual média de 3,0%, o que representou o aumento de 2.745 para 4.963 habitantes, respectivamente. No período seguinte (1818-1829), quando ocorreu o grande crescimento da colheita de café, o aumento da população livre apresentou uma retração, se comparado ao período anterior, expresso pela taxa de crescimento de 1,9%, correspondendo a um aumento de 4.963 para 6.100 pessoas.

Mogi das Cruzes, por sua vez, retrata um crescimento da população livre da ordem de 1,2% entre o período de 1777-1801, que aumenta mais até 1818, quando a população cresce de 5.250 habitantes para 7.564, um ritmo da ordem de 2,4%. No entanto, na última década analisada esse ritmo volta a cair, ficando na ordem de 1,2%. Segundo Santos (2001:83), esse movimento de alta e baixa no ritmo de crescimento da população livre está estreitamente ligado a uma economia baseada na “agricultura mercantil de subsistência”, abastecedora de mercados locais.

O crescimento significativo de cativos em Mogi das Cruzes está atrelado ao cultivo do algodão no período de 1777-1801, e ao início do cultivo de café no período de 1818-1829, apesar disso, em nenhum momento o número da população escrava se aproximou da população livre. Em Lorena o crescimento da população escrava mostrou-se superior ao da população livre, à exceção do primeiro período em estudo. Após 1798, as taxas de crescimento foram de 4,2% e 3,6% para os dois interregnos posteriores, assumindo valores maiores do que às dos livres, especialmente entre 1818 e 1829. Por outro lado, em Campinas, a taxa de crescimento da população cativa foi extremamente elevada desde o primeiro período estudado (1774-1794), atingindo a marca de 9,1%!

Tais diferenças apontam para duas possibilidades: que o processo de ocupação de terras em Campinas foi marcado por pessoas que já detinham bens, especialmente escravos; e/ou que o intenso crescimento do número de escravos foi fruto da atividade açucareira desde o seu princípio, portanto teria possibilitado uma maior concentração da renda se comparada a mesma atividade desenvolvida em Lorena e Mogi das Cruzes, como veremos por meio da estrutura da posse de cativos na última seção desta comunicação. Seja como for, a população cativa em Campinas continuou sua forte expansão entre 1794 e 1814 expressa por uma taxa de 6,9%, e de 6,3% para o período de 1814-1829. É graças a esse extraordinário crescimento do número de

escravos que podemos explicar a razão pela qual sua população, diminuta em 1774 se comparada a de Lorena, conseguiu se equivaler em 1829.

TABELA 2
RAZÃO DE SEXO SEGUNDO CONDIÇÃO SOCIAL ^a
(Campinas, Lorena e Mogi das Cruzes, 1774-1829)

ANO	LIVRES	CATIVOS	TOTAL
CAMPINAS			
1774	99	100	99
1794	98	145	109
1814	101	234	141 ^b
1829	95	234	156 ^b
LORENA			
1778	89	127	96
1798	83	123	90
1818	91	142	102
1829	97	165	113
MOGI DAS CRUZES			
1777	85	99	88
1801	91	85	89
1818	83	103	94
1829	95	112	98

Obs.: (a) a razão de sexo define-se como sendo o número de homens por 100 mulheres;
(b) os informes desses anos foram obtidos em MARTINS (1996: 33-34).

O aumento demográfico crescente nas duas localidades em estudo, verificado pela Tabela 1, foi um reflexo das influências provocadas primeiro pelo açúcar em Campinas — especialmente no contingente escravo — e, posteriormente, em menor monta, pelo café em Lorena e Mogi das Cruzes. Quando analisamos a razão de sexo entre essas populações (Cf. Tabela 2), notamos um ligeiro predomínio das mulheres entre os livres, fato que foi atestado por Marcílio (2000) para o conjunto da capitania, ao passo que entre os cativos prevaleceram os homens, e de forma mais acentuada à medida que o surto do açúcar envolvia Campinas e a expansão do café atingia Lorena e Mogi das Cruzes.

Além do predomínio feminino entre a população livre, podemos destacar que ela se compunha principalmente de crianças e jovens com até 19 anos de idade, tanto em Lorena quanto em Campinas e Mogi das Cruzes. Quando analisamos a população cativa das três localidades, verificamos a valorização dos homens nas idades economicamente mais ativas, em detrimento da participação de crianças e principalmente daqueles com mais de 50 anos de idade, em outras palavras, “o processo reduzia a importância relativa dos escravos aqui nascidos, base de trabalho na maioria das regiões de São Paulo, rapidamente ultrapassados em importância numérica pelos africanos” (LUNA, 1998:110).

II – PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O desenvolvimento agrícola das três localidades mostrou, no seu conjunto, um aumento significativo das colheitas, acompanhando e condicionando o crescimento demográfico (ver Tabelas 3, 4, e 5). Entretanto, quando consideramos os produtos de subsistência em relação aos de exportação, o quadro altera-se pronunciadamente. (4) Os principais bens de subsistência (milho, feijão, arroz) apresentaram grande crescimento nos três primeiros anos em análise. No último período em questão (1814-18 a 1829), notamos uma retração dessas colheitas em Lorena e Campinas, à exceção do arroz para a localidade do Vale do Paraíba.

Em Mogi das Cruzes fica nítido o caráter de uma produção voltada para aquilo que Santos denominou de “agricultura mercantil de subsistência”, onde a produção do milho, do feijão e do arroz manteve-se em ritmos crescentes. Por sua vez, a redução da oferta destes bens revelou-se maior em Campinas do que em Lorena e Mogi das Cruzes, evidenciando até esse momento uma maior possibilidade de convívio das culturas de subsistência com o café do que com o açúcar, especialmente nos primeiros anos após o plantio da preciosa rubiácea — entre os cafeeiros. (5) Por fim, as menores exigências de mão-de-obra e materiais da cafeicultura permitem a utilização de uma proporção maior dos recursos em outras atividades para um idêntico montante de capital investido, ver, por exemplo, o relato de Friedrich Von Weech (1992: 130-145) para a década de 1820. Assim, o café mostrou-se, nessa época, menos monopolizador das atividades do que o açúcar.

TABELA 3
PRODUÇÃO AGRÍCOLA
(Lorena, 1778-1829)

PRODUTO/UNIDADE	1778	1798	1818	1829
Milho/alqueires	8.229	19.610	39.794	23.763
Feijão/alqueires	1.489	3.374	7.067	3.113
Arroz/alqueires	383	4.443	6.941	13.300
Farinha/alqueires	374	2.185	1.275	1.452
Açúcar/arobas	-	1.302	1.505	430
Aguardente/barris	554 ^a	1.116	2.417	1.863
Algodão/arobas	93	84	464	91
Café/arobas	-	-	707	16.323
Fumo/arobas	268	236	39	314

Obs.: (a) Destes, 124 barris eram de melado.

TABELA 4
PRODUÇÃO AGRÍCOLA
(Campinas, 1774-1829)

PRODUTO/UNIDADE	1774	1798	1818	1829
Milho/alqueires	5.119	21.525	50.586	16.809
Feijão/alqueires	469	1.580	5.203	2.472
Arroz/alqueires	152	-	1.119	860
Farinha/alqueires	72	69	5.000*	-
Açúcar/arrobas	-	15.139	32.910	120.195
Aguardente/barris	340	240	2.825	5.942
Algodão/arrobas	86	70	40	-
Café/arrobas	-	-	50**	480
Fumo/arrobas	71	30	200*	-

* 1813.

** Em 1813, mencionou-se a produção de 50 arrobas de café que foram consumidos na própria vila.

Em 1816, uma produção de 30 arrobas que também foi consumida totalmente.

No ano de 1825, a colheita chegou a 546 arrobas.

TABELA 5
PRODUÇÃO AGRÍCOLA
(Mogi das Cruzes, 1801-1829)

PRODUTO/UNIDADE	1798	1801	1818	1829
Milho/alqueires		18.154	36.970	62.502
Feijão/alqueires		5.356	6.782	8.103
Arroz/alqueires		1.254	1.425	5.593
Farinha/alqueires		229	282	174
Açúcar/arrobas		-	80	100
Aguardente/canadas	726*	653	559	882
Algodão/arrobas	1.000*	4.635	6.160	2.765
Café/arrobas		-	255	4.708
Fumo/arrobas		-	38	35

* Essa produção corresponde ao que foi exportado de Mogi das Cruzes em 1798.

Com respeito aos produtos tidos como de exportação nos documentos compulsados, observamos um expressivo crescimento durante todo o período em estudo para Campinas e Lorena, enquanto que em Mogi das Cruzes o açúcar não teve uma entrada significativa em suas terras, algo bem diferente do café que sinalizava para um rápido aumento da produção no período de 1818-1829. No caso de Lorena, o grande aumento concentrou-se nos dois primeiros interregnos na cultura canavieira, em especial na aguardente, e no último na cafeeira. Em Campinas, um incremento extraordinário ocorreu nos derivados da cana-de-açúcar. Os volumes de açúcar suplantaram, de modo substancial, as quantidades produzidas em Lorena. Já em 1798, a produção de açúcar lorenense representava apenas um décimo do efetuado em território campineiro. Nos anos seguintes, o volume produzido desse bem cresceu expressivamente, alcançando mais de 120 mil arrobas em 1829. Por sua vez, a região lorenense concentrou sua

produção no café, resultando numa colheita de mais de 16 mil arrobas de café nesse último ano. A cafeicultura em Campinas manteve-se, na sua maior parte, restrita ao mercado local.

III – ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS

A análise da distribuição da posse de cativos também nos ajuda a formar o quadro das características dos municípios em estudo. Segundo Luna (1998:107), o elevado porcentual de fogos com escravos, “em combinação com um alto número médio de escravos por fogo, resultou expressivo peso dos escravos no total da população”. A desproporção no aumento das duas populações fez crescer a parcela de escravos na população, assim, em Lorena, se eles representavam 23% da população em 1778, a sua participação elevou-se para quase 30% em 1829, por outro lado, em Campinas, dados os elevados padrões de crescimento da população cativa, a variação no período estudado foi excepcional. Em 1774, representavam 18,3%, e em 1829 a população escrava suplantou a livre, com uma participação de 56,5% do total de habitantes.

Em Mogi das Cruzes a participação da população cativa entre a livre manteve-se praticamente constante ao longo do período estudado, elevando-se de forma mais significativa durante o período de forte procura pelo algodão, quando os escravos eram cerca de 23% dos habitantes.

De início, Campinas revelou uma menor participação dos escravos na totalidade da população, uma média de escravos por proprietário também inferior e uma pequena concentração da propriedade escrava (ver Tabela 6). Porém, em 1794 a situação alterou-se significativamente, revelando os dois primeiros indicadores mais elevados do que Lorena. No ano de 1829, evidenciou-se uma diferença muito significativa em termos dos três parâmetros em questão. Campinas apresentou mais da metade dos seus habitantes na condição de cativos, uma média de quase quinze escravos por proprietário e um índice de Gini de 0,672. Já as mudanças na propriedade escrava em Lorena e Mogi das Cruzes foram muito menores ao longo do período, conforme podemos depreender da Tabela 6.

TABELA 6
INDICADORES DA PROPRIEDADE ESCRAVA

ANO	Escravos/População^a	Média de escravos	Índice de Gini
Campinas			
1774	18,2%	3,5	0,461
1794	26,7%	6,7	0,521
1814	33,8%	9,4	0,621
1829	56,2%	14,7	0,672
Lorena			
1778	23,7%	4,9	0,504
1798	21,9%	5,1	0,527
1818	25,9%	5,9	0,506
1829	29,6%	6,3	0,554
Mogi das Cruzes			
1777	19,7%	4,3	0,487
1801	23,8%	5,2	0,505
1818	19,2%	4,4	0,460
1829	19,8%	4,7	0,522

Obs.: (a) Participação da população escrava no conjunto da população.

Como se infere das informações apresentadas, tudo indica a existência de um padrão de desenvolvimento demográfico e econômico do açúcar em Campinas que se marcou por uma transformação mais radical em relação ao que existia anteriormente. No caso de Lorena e Mogi das Cruzes, o comportamento das variáveis populacionais e econômicas não apresentou mudanças tão expressivas. De um lado, por conta da existência desde o início de uma produção canavieira e, de outro, pela manutenção de cultivos de subsistência em proporção significativa até em 1829. As condições ecológicas, o tempo de maturação dos investimentos e a migração em larga escala de recursos humanos e materiais já especializados mostraram-se mais favoráveis ao rush açucareiro campineiro do que a expansão cafeeira lorensense, ou a expansão do algodão em Mogi das Cruzes. Mesmo considerando o crescimento do café em Lorena posterior ao período em análise neste artigo, a distribuição da propriedade escrava não se alterará de forma semelhante ao ocorrido em Campinas. (10) Ressalta-se, assim, a importância do aprofundamento das análises comparativas de localidades e produtos para melhor compreender o desenvolvimento populacional e agrícola do nosso passado colonial.

NOTAS

1 - Peter Eisenberg procurou mostrar a importância das condições externas para essa expansão (EISENBERG, 1989:323-329 e 343-361).

2 - Para maiores informações sobre a história das localidades ver MARCONDES, 1998; TEIXEIRA, 1999; SANTOS, 2001.

3- Langsdorff visitou a região de Itu em 1825 e mostrou o desenvolvimento da cana-de-açúcar no Oeste paulista: “A grande fonte de renda do lugar são as grandes plantações de cana-de-açúcar, portanto, a agricultura. Quando a terra já está esgotada e não produz mais, o homem do campo, que aqui ainda não faz o uso da adubação [...] abandonam a terra e se mudam com suas famílias. Foi assim que surgiram, nos últimos 15 ou 20 anos, as prósperas vilas de Piracicaba, Franca e São Carlos [Campinas]” (SILVA, 1997: 38).

4 - Utilizamos o conceito de subsistência para os produtos destinados ao autoconsumo e ao mercado local, e o de exportação para os bens direcionados para os mercados fora da respectiva vila.

5 - Segundo as informações de Daniel Pedro Müller para 1836, observamos uma recuperação da produção de subsistência, possivelmente em decorrência da melhora dos preços e do crescimento das localidades. A colheita de milho somou 96 mil alqueires para Campinas e 60 mil em Lorena (MÜLLER, 1978:122-126).

6 – Para o cômputo da renda da localidade seria importante, além de avaliar as atividades não agrícolas, a consideração das importações que provavelmente devem ser maiores no caso do açúcar do que no café, em razão das demandas do engenho e da elite senhorial. Todavia, pretendemos realizar este exercício em outra oportunidade.

7 - Salientamos que não conseguimos informação para a produção de farinha, algodão e fumo e as quantidades de milho, arroz e feijão retraíram-se expressivamente nesse ano, talvez por conta do sub-registro da parte dos senhores de engenho. Isto gerou uma certa superestimação da participação do açúcar no valor total.

8 – Outras localidades revelaram comportamentos distintos. Em Mogi das Cruzes, Jonas Rafael dos Santos verificou, apesar de um certo crescimento do café — 4.708 arrobas em 1829 —, o amplo predomínio da produção de subsistência nesse ano (61,8% do total, SANTOS, 2001: 78). De outra parte, a população escrava representou tão-somente um quinto dos habitantes em 1829. A média de escravos alcançou, nesse momento, 4,7 e o índice de Gini 0,522 (Santos, 2001:91). O patamar da produção cafeeira e dos indicadores da propriedade escrava revelaram-se, em 1829,

inferiores para Mogi das Cruzes em relação a Lorena. Esse resultado pode ser corroborado por meio do valor per capita da produção total, que atingiu tão-somente 3\$147 réis em Mogi nesse ano.

9 - Em 1836, com o crescimento da produção cafeeira o diferencial de valor entre as duas cidades diminuiu, chegando em Campinas a 308 contos de réis e Lorena 196 (Cf. MÜLLER, 1978:124-126).

10 - Em 1872, Lorena apresentou uma média de cativos de 6,1 e um índice de Gini de 0,612 (Cf. MARCONDES, 2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura: 1820-1920*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra/Círculo do Livro, 1977.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades – (1777-1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 28 (1): 99-169, jan.-mar. 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira*. Lorena: Stiliano, 1998.

MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista. *Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia*. Salvador: ANPEC, 2001, CD-ROM.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1968.

SANTOS, Jonas Rafael dos. *Escravos e senhores em Mogi das Cruzes: a estrutura da posse de escravos, 1777-1829*. Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS/UNESP, 2001.

SILVA, Danuzio Gil Bernardo (org.). *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *Mulheres, domicílios e povoamento*: Campinas, 1765-1850. Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS/UNESP, 1999.

WEECH, Friedrich Von. *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.